



Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Ativos Fixos Tangíveis	12
6. Empréstimos Obtidos	14
7. Inventários	14
8. Rédito.....	15
9. Subsídios e outros apoio das entidades públicas	15
10. Benefícios dos empregados.....	16
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
12. Outras Informações	17
12.1. Investimentos Financeiros.....	17
12.2. Créditos a receber	17
12.3. Diferimentos	17
12.4. Outros ativos correntes	18
12.5. Caixa e depósitos bancários	18
12.6. Fundos Patrimoniais	18
12.7. Fornecedores	19
12.8. Estado e Outros Entes Públicos	19
12.9. Outros passivos correntes	19
12.10. Fornecimentos e serviços externos	20
12.11. Outros rendimentos	20
12.12. Outros gastos.....	21
12.13. Resultados Financeiros	21
12.14. Acontecimentos após data de Balanço	22

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	11 965 600,80	12 145 489,12
Bens do património histórico e cultural	5	391 182,69	385 076,49
Investimentos financeiros	12.1	30 737,06	29 325,02
Outros créditos e ativos não correntes	12.4	109 827,42	109 827,42
Subtotal		12 497 347,97	12 669 718,05
Ativo corrente			
Inventários	7	75 702,79	29 052,26
Créditos a receber	12.2	268 568,24	385 035,89
Estado e outros Entes Públicos	12.8	40 149,52	41 529,51
Diferimentos	12.3	26 597,36	17 597,13
Outros ativos correntes	12.4	737 261,16	731 326,30
Caixa e depósitos bancários	12.5	2 496 233,10	2 302 619,32
Subtotal		3 644 512,17	3 507 160,41
Total do Ativo		16 141 860,14	16 176 878,46
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	12.6		
Fundos		236 126,99	236 126,99
Reservas		685 797,86	685 797,86
Resultados transitados		8 051 849,58	7 756 907,87
Excedentes de revalorização	5	463 686,72	463 686,72
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais		3 772 196,65	3 747 282,49
Resultado Líquido do período		65 250,10	294 941,71
Total do fundos patrimoniais		13 274 907,90	13 184 743,64
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	1 112 115,73	1 265 661,76
Subtotal		1 112 115,73	1 265 661,76
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	228 054,95	209 004,12
Estado e outros Entes Públicos	12.8	144 281,19	129 404,62
Financiamentos obtidos	6	153 323,75	150 878,97
Diferimentos	12.3	271 564,32	398 638,73
Outros passivos correntes	12.9	957 612,30	838 546,62
Subtotal		1 754 836,51	1 726 473,06
Total do passivo		2 866 952,24	2 992 134,82
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16 141 860,14	16 176 878,46

Castelo Branco, 16 de Março 2018
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	4 551 970,48	4 351 827,01
Subsídios, doações e legados à exploração	9	2 897 380,18	2 992 697,24
Trabalhos para a própria entidade		3 183,89	5 571,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(832 835,59)	(845 999,36)
Fornecimentos e serviços externos	12.10	(1 256 014,74)	(1 327 456,70)
Gastos com o pessoal	10	(5 726 412,17)	(5 226 913,46)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2e12.4	(17 206,72)	(12 871,02)
Aumentos/reduções de justo valor	12.4	349,01	(10 799,63)
Outros rendimentos	12.11	751 679,29	696 344,21
Outros gastos	12.12	(25 104,17)	(36 669,94)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		346 989,46	585 729,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(283 202,76)	(289 227,08)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		63 786,70	296 502,39
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	22 194,47	25 269,27
Juros e gastos similares suportados	12.13	(20 731,07)	(26 829,95)
Resultados antes de impostos		65 250,10	294 941,71
Resultado líquido do período		65 250,10	294 941,71

Castelo Branco, 16 de Março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Alterações no exercício de 2016:

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	236 126,99		685 797,86	7 742 996,78			3 808 010,96	13 911,09	12 486 843,68		12 486 843,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis							463 686,72			463 686,72		463 686,72
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12.6				13 911,09				(13 911,09)	-		-
	2	-	-	-	13 911,09	-	463 686,72	-	(13 911,09)	463 686,72	-	463 686,72
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								294 941,71	294 941,71		294 941,71
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								281 030,62	758 628,43	-	758 628,43
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Subsídios, doações e legados	12.6							(60 728,47)		(60 728,47)		(60 728,47)
	5	-	-	-	-	-	-	(60 728,47)	-	(60 728,47)	-	(60 728,47)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+4	236 126,99	-	685 797,86	7 756 907,87	-	463 686,72	3 747 282,49	294 941,71	13 184 743,64	-	13 184 743,64

Castelo Branco, 16 de Março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Alterações no exercício de 2017:

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	236 126,99	-	685 797,86	7 756 907,87	-	463 686,72	3 747 282,49	294 941,71	13 184 743,64	-	13 184 743,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis	5								-			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12.6				294 941,71			24 914,16	(294 941,71)	24 914,16		24 914,16
	7	-	-	-	294 941,71	-	-	24 914,16	(294 941,71)	24 914,16	-	24 914,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								65 250,10	65 250,10		65 250,10
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(229 691,61)	90 164,26	-	90 164,26
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Subsídios, doações e legados	12.6									-		-
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	236 126,99	-	685 797,86	8 051 849,58	-	463 686,72	3 772 196,65	65 250,10	13 274 907,90	-	13 274 907,90

Castelo Branco, 16 de Março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		4 947 264,66	4 739 383,91
Recebimentos de subsídios	9	2 779 937,02	2 901 279,01
Recebimentos de bolsas	9	89 762,85	86 028,87
Pagamento a fornecedores		(2 135 855,53)	(2 197 423,90)
Pagamentos ao pessoal		(5 619 502,51)	(5 086 630,37)
Caixa gerada pelas operações		61 606,49	442 637,52
Outros recebimentos/pagamentos		46 926,22	(215 425,10)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		108 532,71	227 212,42
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(194 831,08)	(289 940,24)
Outros Ativos	5	(18 091,17)	(14 189,48)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		398 999,83	32 500,00
Subsídios ao investimento		48 191,84	45 992,75
Juros e rendimentos similares	12.13	22 143,22	25 401,91
Dividendos		169,10	164,65
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		256 581,74	(200 070,41)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	(150 932,95)	(146 707,68)
Juros e gastos similares	12.13	(20 567,72)	(26 829,95)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(171 500,67)	(173 537,63)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		193 613,78	(146 395,62)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 302 619,32	2 449 014,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 496 233,10	2 302 619,32

Castelo Branco, 16 de Março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede em Rua Bartolomeu da Costa, na cidade de Castelo Branco.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, fundada da no ano de 1514, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais e de saúde na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s (entre outros):

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 86906 Outras actividades de saúde humana, n.e.
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 88990 Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras de 2016 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura que já era o SNC-ESNL, embora na sua primeira versão, não originando a adoção em 2017 da presente versão do SNC-ESNL quaisquer diferenças relevantes nas demonstrações financeiras, pelo que se verifica boa comparabilidade entre as demonstrações financeiras de 2017 e 2016.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Outros ativos e passivos correntes*” (Notas 12.4 e 12.9) e “*Diferimentos*” (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes da mesma.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu “justo valor”, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa

inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” (Nota 12.11) e/ou “*Outros gastos*” (Nota 12.12).

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu “justo valor”. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou subsidiariamente o FIFO (*first in, first out*).

Os bens de inventário produzidos internamente (normalmente produtos hortícolas e frutas) são valorizados ao preço de custo de aquisição do artigo/produto equivalente, como se tivessem sido adquiridos externamente.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos ObtidosEmpréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

No caso dos “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) deste artigo:

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica “*Outras Variações nos Fundos Patrimoniais*” em contrapartida da rubrica de “*Outros Ativos Correntes*”, na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica “*Outros Ativos Correntes*” (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação e é reconhecida na rubrica “*Outros Rendimentos*” (a crédito) em contrapartida da rubrica “*Outras Variações nos Fundos Patrimoniais*”.
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de “*Outros Passivos Correntes*”.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis**Bens do património histórico, artístico e cultural**

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos “*Bens do património, histórico, artístico e cultural*”:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Bens imóveis	398 883,26	-	-	(58 793,80)	(47 667,24)	292 422,22
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	10 355,76	-	-	(1 010,89)	-	9 344,87
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	12 300,00	9 259,40	-	61 750,00	-	83 309,40
Esculturas	1 945,31	-	-	(1 945,31)	-	-
Total	423 484,33	9 259,40	-	(0,00)	(47 667,24)	385 076,49

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo/Valorização						
Bens imóveis	292 422,22	-	-	-	-	292 422,22
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	9 344,87	-	-	1 010,89	-	10 355,76
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	83 309,40	3 150,00	-	1 945,31	-	88 404,71
Esculturas	-	-	-	-	-	-
Total	385 076,49	3 150,00	-	2 956,20	-	391 182,69

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram resumidas nos seguintes quadros:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	12 974,25	-	-	-	2 930 227,25	2 943 201,50
Edifícios e outras construções	15 800 419,26	15 522,16	-	(10 975,45)	(6 981 383,86)	8 823 582,11
Equipamento básico	1 818 207,29	95 098,76	-	(207 211,38)	-	1 706 094,67
Equipamento de transporte	412 350,74	51 384,90	-	1 710,98	-	465 446,62
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	352 226,71	12 721,37	-	(70 796,37)	-	294 151,71
Outros Ativos fixos tangíveis	81 593,27	71 298,82	-	197 425,31	-	350 317,40
Ativos fixos tangíveis em curso	50 454,94	36 727,80	-	-	-	87 182,74
Total Custo	18 528 226,46	282 753,81	-	(89 846,91)	(4 051 156,61)	14 669 976,75
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4 564 581,42	177 558,78	-	(2 070,85)	(4 562 510,57)	177 558,78
Equipamento básico	1 573 473,19	66 761,22	-	(196 928,68)	-	1 443 305,73
Equipamento de transporte	371 587,04	12 723,06	-	1 563,08	-	385 873,18
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	323 273,67	16 308,22	-	(71 626,91)	-	267 954,98
Outros Ativos fixos tangíveis	56 522,51	15 875,80	-	177 396,65	-	249 794,96
Total Depreciações	6 889 437,83	289 227,08	-	(91 666,71)	(4 562 510,57)	2 524 487,63
Total Ativos Fixos Tangíveis	11 638 788,63	(6 473,27)	-	1 819,80	511 353,96	12 145 489,12

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo/Valorização						
Terrenos e recursos naturais	2 943 201,50	11 265,00	(38 023,75)	-	-	2 916 442,75
Edifícios e outras construções	8 823 582,11	33 795,00	(112 859,98)	3 734,99	75 000,00	8 823 252,12
Equipamento básico	1 706 094,67	39 894,65	-	(1 945,31)	-	1 744 044,01
Equipamento de transporte	465 446,62	7 700,00	-	-	-	473 146,62
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	294 151,71	3 782,39	-	-	-	297 934,10
Outros Ativos fixos tangíveis	350 317,40	10 413,61	-	-	-	360 731,01
Ativos fixos tangíveis em curso	87 182,74	143 233,13	-	(3 734,99)	-	226 680,88
Total Custo	14 669 976,75	250 083,78	(150 883,73)	(1 945,31)	75 000,00	14 842 231,49
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	177 558,78	177 084,60	(4 114,39)	-	75 000,00	425 528,99
Equipamento básico	1 443 305,73	57 260,66	-	(1 945,31)	-	1 498 621,08
Equipamento de transporte	385 873,18	16 895,83	-	-	-	402 769,01
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	267 954,98	11 300,64	-	-	-	279 255,62
Outros Ativos fixos tangíveis	249 794,96	20 661,03	-	-	-	270 455,99
Total Depreciações	2 524 487,63	283 202,76	(4 114,39)	(1 945,31)	75 000,00	2 876 630,69
Total Ativos Fixos Tangíveis	12 145 489,12	(33 118,98)	(146 769,34)	-	-	11 965 600,80

Durante o período de referência do presente documento (2017) ocorreram diversas aquisições de bens para as diversas rubricas de ativos, bem como algumas reclassificações.

Ocorreram também diversas alienações de bens, nomeadamente alguns imóveis, cujos valores estão refletidos na coluna de “abates”.

Foram ainda calculadas e reconhecidas as depreciações nos termos legais aplicáveis e segundo as taxas que constam do DR.25/2009, em função dos anos de vida útil esperada para cada um dos bens.

Tal como nos exercícios económicos anteriores, continuou-se a aplicar a metodologia dos duodécimos no cálculo das depreciações.

6. Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	153 323,75	1 112 115,73	1 265 439,48	150 878,97	1 265 661,76	1 416 540,73
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	153 323,75	1 112 115,73	1 265 439,48	150 878,97	1 265 661,76	1 416 540,73

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	34 556,63	923 696,28	(83 201,29)	29 052,26	984 181,18	(104 695,06)	75 702,79
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	34 556,63	923 696,28	(83 201,29)	29 052,26	984 181,18	(104 695,06)	75 702,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				845 999,36			832 835,59
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2016	2017
Géneros alimentares	606 089,07	609 503,32
Prod. higiene pessoal dos utentes	59 822,73	64 184,42
Material de penso e consumo	78 253,92	57 638,89
Medicamentos	29 722,06	25 200,31
Fraldas	57 054,82	60 531,14
Outras matérias consumidas	15 056,76	15 777,51
Total	845 999,36	832 835,59

Verificaram-se diversas variações, em diferentes sentidos, pois algumas das rubricas viram o seu valor reduzir (material de penso e consumo e medicamentos) principalmente devido a um melhor e mais exaustivo inventário. Existem, no entanto, outras rubricas cujo valor continuou a aumentar, normalmente as maioritariamente relacionadas com o cada vez mais intenso funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, dos Jardins de Infância e ainda da melhoria generalizada da qualidade dos produtos consumidos.

8. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	12 828,76	17 041,53
Prestação de Serviços	4 539 141,72	4 334 785,48
Quotas dos utilizadores	4 514 647,27	4 317 957,88
Quotas e Jóias	18 207,00	10 481,00
Serviços Secundários	6 287,45	6 346,60
Total	4 551 970,48	4 351 827,01

9. Subsídios e outros apoio das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”:

Descrição	2017	2016
Subsídios e Apoios do Governo		
Acordos Segurança Social - Infância	903 689,40	938 337,24
Acordos Segurança Social - Família	53 598,00	54 622,50
Acordos Segurança Social - Terceira Idade	1 792 236,01	1 773 379,78
Acordos Segurança Social - Serv. Emergência	3 103,72	2 251,85
RLIS - Rede Local de Intervenção Social	128 178,49	132 053,18
IFAP - Apoios Agrícolas	722,21	1 322,32
IEFP - Medidas Apoio Emprego	15 852,35	90 730,37
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	2 897 380,18	2 992 697,24

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foi respetivamente, de 13 membros, sendo na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

- Manuel Duarte Cardoso Martins – Presidente
- Adelino José Caio Minhós – 1.º Secretário
- João Paulo Martins Infante P. Benquerença – 2.º Secretário

Mesa Administrativa

- José Augusto Rodrigues Alves – Provedor
- João Fernando Goulão Pinto – Vice-Provedor
- Fátima Maria Monteiro dos Santos Almeida – Secretária
- Carlos Joaquim Duarte R. Ribeiro – Tesoureiro
- Artur Alberto Martins – 1.º Vogal
- Maria de Lourdes C.M. Ramalho Eanes – 2.º Vogal
- José Carlos Gordo Mocito - 3.º Vogal

Definitório ou Conselho Fiscal

- Jorge Manuel Vieira Neves – Presidente
- Alfredo da Silva Correia – 1.º Vogal
- Emílio Manuel G. Ferro – 2.º Vogal

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Pessoas ao Serviço	Média 2016	Média 2017	Dezembro 2017
Colaboradores P/ Conta Outrem	443	457	455
Colaboradores Independentes	26	24	25
Total	469	481	480

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	4 630 104,47	4 251 976,39
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	7 288,31	1 192,50
Encargos sobre as Remunerações	1 021 901,22	920 813,17
Seguros de Acidentes de Trabalho	49 224,08	38 649,76
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	17 894,09	14 281,64
Total	5 726 412,17	5 226 913,46

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	28 991,06	27 579,02
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Investimentos noutras empresas	1 746,00	1 746,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	30 737,06	29 325,02

Com as finalidades de exploração, aproveitamento e beneficiação do património rustico da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, continua a ser detida a 100 % a sociedade por quotas “Dança Estival – Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda.”, cujo valor é reconhecido/atualizado pelo método da equivalência patrimonial.

12.2. Créditos a receber

Rubrica constituída por Clientes e Utentes e outros créditos a receber:

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	189 595,12	300 307,24
Utentes	67 509,96	73 278,76
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	944,13	-
Utentes	48 531,36	37 728,01
Perdas por Imparidade		
Clientes	(944,13)	
Utentes	(37 068,20)	(26 278,12)
Outros		
Total	268 568,24	385 035,89

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, podem-se detalhar da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes	(944,13)	
Utentes	(10 330,24)	(7 901,91)
Total	(11 274,37)	(7 901,91)

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Rendas pagas antecipadamente	448,06	448,06
Seguros	23 808,48	17 149,07
Fornecimentos e serviços externos	2 340,82	-
Total	26 597,36	17 597,13
Rendimentos a reconhecer		
Rendas faturadas antecipadamente	11 678,37	11 515,24
Subsídios à exploração	259 885,95	387 123,49
Total	271 564,32	398 638,73

12.4. Outros ativos correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, valores a receber e/ou investidos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
"Devedores diversos"		
Adiantamentos ao pessoal	6 902,64	6 842,84
Devedores por acréscimos de rendimentos	86 848,13	110 355,52
Subsídios à exploração contratados	394 559,04	464 532,15
Inquilinos (rendas)	87 663,50	81 481,70
Subsídios ao investimento contratados	40 000,00	8 748,00
Outros devedores	126 753,72	56 708,83
Perdas por imparidade (rendas)	(56 985,16)	(51 052,81)
Adiantamentos a fornecedores	3 877,72	4 522,92
"Investimentos Financeiros",		
FRSS - Fundo Reestrut. Setor Solidário	5 037,85	5 037,85
Fundo Part. CEMG (Montepio Geral)	-	19 024,99
Ações E.D.P. - Energias de Portugal, S.A.	2 567,65	2 730,52
FCT - Fundo Compensação do Trabalho	40 036,07	22 393,79
Total	737 261,16	731 326,30

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, podem-se detalhar da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros Devedores (Rendas)	(5 932,35)	(4 969,11)
Total	(5 932,35)	(4 969,11)

Mantiveram-se todos os investimentos financeiros já anteriormente detidos, com exceção do Fundo de Participação CEMG (Montepio Geral), cujos títulos foram alienados pelo seu valor nominal (de aquisição), repondo-se assim o valor das disponibilidades inicialmente utilizadas.

Para os títulos foram realizados os testes de justo valor adequados e se o custo de aquisição/valorização for diferente do justo valor dos ativos líquidos tendo como referência a sua cotação em 31/12/2017, a diferença foi reconhecida diretamente em resultados do período, como aumentos ou reduções por justo valor.

Para além dos outros ativos correntes acima referidos, existem também alguns outros ativos de natureza não corrente. Nestes, não ocorreu qualquer variação no seu valor (109.827,42 €) nos dois anos a que se refere o presente documento. Este valor é constituído por apenas duas rubricas, nomeadamente um empréstimo concedido à associada "Dança Estival, Lda." no valor de 107.900,91 € e a carteira de Certificados de Renda Perpétua no valor de 1.926,51 €.

12.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	5 668,42	5 394,47
Depósitos à ordem	200 564,68	153 224,85
Depósitos a prazo	2 290 000,00	2 144 000,00
Total	2 496 233,10	2 302 619,32

12.6. Fundos Patrimoniais

À semelhança dos anos anteriores, também em 2017, para além das habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior, do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento cujos ativos se encontram em utilização / depreciação, foram ainda

reconhecidos / desconhecidos alguns valores contratualizados para reforço ou redução de subsídios de investimento.

Assim, nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	236 126,99	-	-	236 126,99
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	685 797,86	-	-	685 797,86
Resultados transitados	7 756 907,87	294 941,71	-	8 051 849,58
Excedentes de revalorização	463 686,72	-	-	463 686,72
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 747 282,49	124 503,84	(99 589,68)	3 772 196,65
Total	12 889 801,93	419 445,55	(99 589,68)	13 209 657,80

12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	228 054,95	209 004,12
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	228 054,95	209 004,12

12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	1 664,26	1 088,69
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	38 484,80	40 440,82
Outros Impostos e Taxas	0,46	-
Total	40 149,52	41 529,51
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	26 767,46	23 989,88
Segurança Social	115 912,99	104 226,82
Outros Impostos e Taxas	1 600,74	1 187,92
Total	144 281,19	129 404,62

12.9. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Pessoal	6 784,81	5 743,30
Remunerações a pagar	-	-
Cauções	-	-
Outras operações	6 784,81	5 743,30
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-
Fornecedores de Investimentos	15 609,75	5 329,10
Credores por acréscimos de gastos	798 463,46	721 346,69
Cauções de outras entidades	18 450,50	10 950,00
Outros credores	115 303,78	59 677,53
Adiantamentos de clientes	3 000,00	35 500,00
Total	957 612,30	838 546,62

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição desta rubrica nos períodos 2017 e de 2016, foi a seguinte

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	543 439,11	562 378,41
Materiais	66 433,88	80 024,77
Energia e fluidos	455 853,08	501 292,33
Deslocações, estadas e transportes	3 828,57	4 434,16
Serviços diversos (*)	186 460,10	179 327,03
Limpeza, higiene e conforto	96 718,65	79 249,70
Comunicação	48 407,76	43 771,04
Rendas e alugueres	12 394,78	14 797,50
Total	1 256 014,74	1 327 456,70

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Esta rubrica compreende um conjunto alargado de naturezas de gastos, que vão desde todos os serviços a todos os bens não considerados diretamente consumidos no normal desempenho das atividades e serviços habituais prestados pela entidade. Verificam-se diversas variações, com sentidos distintos, mas que na globalidade resultaram numa diminuição considerável de gastos. Muito contribuiu para esta poupança a redução verificada na rubrica de “Energia e fluidos”.

“Subcontratos”

À semelhança dos exercícios anteriores, continuaram a ser objeto de gestão e utilização na sua globalidade, os dois centros infantis “provenientes” do Instituto da Segurança Social. Esta utilização foi formalizada através de dois contratos mistos atípicos de gestão e comodato, celebrados em 2014. Durante alguns anos foram reconhecidos (por acréscimo) gastos potenciais com natureza de “subcontratos” para fazer face a eventuais pagamentos de vencimentos (parciais) dos colaboradores daqueles centros infantis, cuja entidade patronal continuava a ser o Instituto da Segurança Social, mas cujo serviço se desenvolvia no âmbito das atividades desta Santa Casa.

Desde 2016, estes valores deixaram de ser reconhecidos na referida rubrica de subcontratos, pois os pressupostos, para tal, não se consumaram, considerando que:

- i) por diversos motivos, a maioria dos colaboradores daquele Instituto foram saindo dos centros infantis, tendo esta Santa Casa que recrutar e contratar (às suas expensas) para esses lugares, novos colaboradores (no final de 2016, já eram apenas 6, de um universo inicial de quase 40 colaboradores);
- ii) nunca até à presente data foram efetuadas quaisquer deduções nas participações, com vista à efetivação destes pagamentos, nem apresentados quaisquer documentos ou valores com intenção de tal;
- iii) na alínea d) do n.º 1 da cláusula oitava de cada um daqueles contratos é referido, sucintamente, que este valor de vencimentos dos trabalhadores cedidos, seria definido futuramente e “... ficando assegurado no acordo de cooperação típico a celebrar...”, o que até à presente data ainda não ocorreu, nem existe qualquer previsão de quando venha a ocorrer. *(sublinhado nosso)*

Tendo em conta o acima exposto e considerando ainda que atualmente esta Santa Casa suporta os vencimentos e encargos (pela totalidade) dos aproximadamente 30 colaboradores que teve que admitir, ao longo de todos estes anos, para substituição dos antigos colaboradores do Instituto da Segurança Social, não consideramos adequado que fossem ainda reconhecidos mais esses eventuais gastos com subcontratos, com cariz de realização “pouco provável”. Para o presente exercício de 2017, o valor estimado para esses eventuais gastos poderia ascender até aos 90 milhares de euros (enquanto que no passado exercício, o valor poderia ascender aos 166 milhares de euros).

12.11. Outros rendimentos

Como principal variação, importa referir o considerável acréscimo na rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”, decorrente da realização de mais valias nas alienações de ativos fixos tangíveis (nomeadamente imóveis) tal como já havia sido referido na nota 5.

Na rubrica de “Correções relativas a períodos anteriores”, face ao ano de 2016, verificou-se uma variação considerável, em consequência do desconhecimento, naquele ano, dos acréscimos de gastos efetuados em exercícios anteriores a 2016, relacionados com os dois contratos mistos atípicos de gestão e comodato dos Centros Infantis anteriormente detidos pelo Instituto da Segurança Social.

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	6 277,50	4 070,67
Descontos de pronto pagamento obtidos	308,90	578,56
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subs., assoc. e empr. conjuntos	1 412,04	3 961,16
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	26 334,11	164,65
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	440 584,23	145 234,13
Outros rendimentos:	276 762,51	542 335,04
Correções relativas a períodos anteriores	4 692,80	288 258,80
Imputação dos subsídios ao investimento	99 589,68	98 496,18
Reembolsos	79 518,62	75 447,84
Donativos	86 279,74	70 675,08
Outros	6 681,67	9 457,13
Total	751 679,29	696 344,21

12.12. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	2 280,83	1 051,85
Descontos de pronto pagamento concedidos	4,90	-
Dívidas incobráveis	627,67	344,97
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. Conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros gastos:	22 190,77	35 273,12
Multas e Penalidades	76,00	9 525,50
Correções de anos anteriores	11 301,03	6 839,95
Quotizações	4 570,00	8 530,00
Outros	6 243,74	10 377,67
Total	25 104,17	36 669,94

12.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	20 731,07	26 829,95
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	20 731,07	26 829,95
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	22 194,47	25 269,27
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	22 194,47	25 269,27
Resultados financeiros	1 463,40	(1 560,68)

12.14.Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 12 de Março de 2018.

Castelo Branco, 16 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa